

## EMPRESARIZAÇÃO E MODERNIDADE: A IDEIA DE EMPRESA NO CENTRO DO MUNDO

Marcio Rodrigues<sup>1</sup>  
Rosimeri Carvalho <sup>2</sup>

### RESUMO

Tomada como um modelo de referência, a ideia de empresa é, ao mesmo tempo, uma evidência e um ponto cego nas sociedades modernas. O objetivo deste texto é justamente colocá-la em debate, destacando sua centralidade na construção de uma nova configuração social. Para realizar essa tarefa partimos de duas perspectivas sociológicas: uma que considera a empresa como uma organização e outra que a trata como uma instituição. Iniciamos com as considerações de Solé (2004; 2008) acerca da empresa como a organização típica da modernidade. Logo após, calcados nos trabalhos de Abraham (2006), discutimos a concepção da empresa entendida como uma instituição, enfocando o modo como ela consolida e impõe maneiras de agir e pensar típicos de nossa sociedade. Por fim, realizamos alguns esclarecimentos sobre pontos pouco explorados no texto e sobre os caminhos que vislumbramos para a continuidade dos estudos.

**Palavras-Chave:** Empresa. Organização. Instituição. Empresarização. Modernidade.

---

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais e do Curso de Bacharelado em Administração e do Curso de Bacharelado em Administração da Universidade Federal de Pelotas

<sup>2</sup> Professora titular da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pesquisadora do Núcleo de Estudos Marcelo Milano Falcão Vieira (NeMaVi) e do Observatório da Realidade Organizacional-SC.

## ENTERPRISING AND MODERNITY: THE ENTERPRISE IDEA IN THE CENTER OF THE WORLD

### ABSTRACT

Taken as a model of reference, the idea of enterprise is, at the same time, an evidence and a blind spot in modern societies. The purpose of this text is precisely to put it into debate, highlighting its centrality in the construction of a new social configuration. To carry out this task, we start from two sociological perspectives: one that considers the enterprise as an organization and another that treats it as an institution. We begin with the considerations of Solé (2004; 2008) about the enterprise as the typical organization of modernity. Afterwards, based on the works of Abraham (2006), we discuss the conception of the enterprise as an institution, focusing on how it consolidates and imposes typical ways of acting and thinking in our society. Finally, we made some clarifications on points little explored in the text and on the paths that we envision for the continuity of the studies.

**Key-Words:** Enterprise. Organization. Institution. Enterprising. Modernity

## EMPRESARIZACIÓN Y MODERNIDAD: LA IDEIA DE EMPRESA EN EL CENTRO DEL MUNDO

### RESUMEN

Tomada como un modelo de referencia, la idea de empresa es, al mismo tiempo, una evidencia y un punto ciego en las sociedades modernas. El objetivo de este texto es justamente colocarla en debate, destacando su centralidad en la construcción de una nueva configuración social. Para realizar esta tarea partimos de dos perspectivas sociológicas: una que considera a la empresa como una organización y otra que la trata como una institución. Iniciamos con las consideraciones de Solé (2004; 2008) acerca de la empresa como la organización típica de la modernidad. Después, desde el trabajo de Abraham (2006), discutimos la concepción de la empresa entendida como una institución, enfocando el modo en que consolida e impone maneras de actuar y pensar típicos de nuestra sociedad. Por fin,

presentamos algunas consideraciones sobre puntos poco explorados por los autores y sobre los caminos que vislumbramos para la continuidad de los estudios.

**Palabras chave:** Empresa; Organización; Institución; Empresarización; Modernidad.

## INTRODUÇÃO

### *Nada é Impossível de Mudar*

*Desconfiai do mais trivial,  
na aparência singelo.*

*E examinai, sobretudo, o que parece habitual.*

*Suplicamos expressamente:  
não aceiteis o que é de hábito  
como coisa natural.*

*Bertold Brecht*

No poema do qual apresentamos os primeiros versos, acima, Brecht continua dizendo que “*em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural. Nada deve parecer impossível de mudar*”. Pensamos que assim é o nosso tempo, e que uma das coisas que nos parece natural e que necessita ser desnaturalizada, sobretudo nos estudos organizacionais, é a empresa<sup>3</sup>. Percebemos isto nos estudos realizados na área que, em grande medida, tratam todos os processos de organizar como se tratassem de processos empresariais, mas também no modo como os estudantes encaram os mais diversos tipos de organizações e movimentos, refletindo como se todos fossem empresas. Está claro que um dos aspectos centrais deste foco no mercado e na empresa é a eficiência ou o discurso sobre ela. Mas este é apenas um

---

<sup>3</sup> Apesar da grande influência da empresa como modelo de organização, não supomos que os outros foram derrotados ou que não existam, supomos apenas que a empresa foi colocada no centro de nossa sociedade como modelo para a organização. Estamos seguros de que assim como outros, este é um campo em disputa e o modelo de organização é uma das disputas centrais porque a ela estão atrelados pressupostos, valores e práticas que respondem aos interesses de alguns grupos. Nossa denúncia se constrói na tentativa de contribuir, de alguma forma, com os outros lados da disputa.

dos aspectos; as relações construídas, a linguagem utilizada, os valores perseguidos, o mundo, enfim, vem sendo pouco a pouco contaminado com a idéia de que tudo e todos são, de alguma forma ou em algum grau, empresas.

Certos de que esta tendência é muito importante e que precisa ser analisada, exposta e denunciada, procuramos, neste artigo, apresentar os trabalhos de dois autores, Andreu Solé e Yves-Marie Abraham. Eles têm influenciado alguns trabalhos no Brasil que abordam o que chamam de processo de empresarização do mundo, ou seja, a crescente centralidade da empresa como modelo de referência para todas organizações e relações.

Encontram-se na história instituições que organizaram todo o comportamento social, incluindo as atividades econômicas, políticas, culturais, estéticas e morais, como demonstram alguns autores (WEBER, 2004a, 2004b; TRAGTENGERG, 1974). A Igreja e o Estado constituem exemplos de instituições que dominaram territórios no ocidente durante um determinado período de tempo e que impactaram as diversas esferas da vida humana. Porém, somente com a emergência da sociedade moderna e, por consequência, com o predomínio do ideário capitalista, a empresa toma este lugar e o processo de empresarização adquire uma expansão expressiva, acompanhando a ampliação do modo de produção capitalista.

Essa centralidade da empresa, que parece implicar uma nova configuração social, é alcançada porque os elementos, os princípios e as visões de mundo que erigiram e caracterizam a sociedade moderna capitalista, são encontrados e materializados na empresa. Desse modo, ao encontrar na modernidade as condições para sua emergência, a empresa, uma organização relativamente insignificante e até mesmo estranha em outros tempos e espaços, ganhou força e passou, pouco a pouco, a exercer uma forte influência sobre a sociedade, de modo que, no século XX, intensificou-se um processo que a transformou em referência para todo o sistema social com uma intensidade e amplitude impensável por instituições que já detiveram o mesmo título. Em decorrência disso, Solé (2000, p. 114) enfatiza que:

Pela primeira vez na história da humanidade, um mundo está em vias de conquistar o planeta inteiro, de conseguir suprimir todos os outros mundos, sem exceção. Um mundo que se apropria dos outros, este é o sentido que propomos dar à expressão mundialização, globalização. A modernização do mundo é a vitória, total, do mundo moderno.

Solé (2004), denomina este mundo de Mundo-Empresa<sup>4</sup>. Ele utiliza essa expressão para caracterizar o papel da empresa como “força organizadora”, isto é, como organização fundamental da sociedade atual. Por esta lógica, o que qualifica uma civilização ou um mundo como moderno é, precisamente, a centralidade e a onipresença da empresa no mesmo. Isso implica no reconhecimento de que, cada vez mais, o mundo moderno está caracterizado e organizado por e para a empresa. O que Solé define como empresa? A partir de sua definição de organização como um conjunto de relações, Solé define empresa como um conjunto específico de relações. Para tornar mais claro seu longo estudo, que identifica os primórdios da empresa no século XII, Solé propõe um tipo ideal, no sentido weberiano da expressão. Neste tipo ideal Solé aborda os traços da modernidade que possibilitam a empresa e são enfatizados por ela, bem como as relações que eles implicam (SOLÉ, 2008, 2000, 2003).

O interesse por este modo de organizar as atividades humanas pode ser percebido, como Solé gosta de mostrar, na nossa vida cotidiana. Por exemplo, grande parte dos elementos que satisfazem as necessidades dos indivíduos modernos como comida, bebida, roupas, transporte, habitação, lazer (diversão), são produzidos pela empresa. Afora esses elementos, os sonhos, ou aquilo com que se sonha, são, muitas vezes, mercadorias produzidas e disseminadas por empresas de comunicação como a TV, o cinema e as revistas (LIPOVETSKY, 1989). Do mesmo modo, os medos também são fabricados por estas organizações. Diferentemente da era medieval, na qual o medo fazia referência ao plano espiritual, ao inferno, especificamente; nos dias de hoje, um dos maiores medos é bastante mundano: o desemprego ou, como diz Sennett (2005), a deriva. Consequentemente, ao satisfazer as necessidades, delimitar os sonhos e estabelecer os medos, a empresa parece construir uma nova concepção de felicidade individualista, egoísta (SOLÉ, 2008), diretamente relacionada à possibilidade de consumir determinados produtos e serviços (BAUDRILLARD, 1995).

A ideia de empresarização ou empresariamento, como por vezes é traduzida, tem sido utilizada em outras áreas do conhecimento, nem sempre com o mesmo teor que adotaremos

---

<sup>4</sup> Para Solé (2004), essa teoria se opõe à crença, muito forte entre pesquisadores (economistas, sociólogos, historiadores) e dirigentes políticos (de direita e de esquerda), segundo a qual a “sociedade moderna” é fundamentalmente organizada pelo mercado. Fundamentado em Ronald Coase, ele sustenta que empresa e mercado são duas organizações concorrentes, que a empresa elimina o mercado. O Mundo-Empresa provoca o desaparecimento do mercado.

neste texto, mas reivindicando ideias próximas. Os estudiosos da educação têm demonstrado tal processo quando procuram compreender as transformações pelas quais a área vem passando nas últimas décadas, com o processo de privatização do ensino. O processo de empresarização, segundo os pesquisadores não se limita aos estímulos para a atuação de organizações privadas na área da educação, ou seja, empresas que visam lucro, que comercializam a educação como uma mercadoria e para as quais os estudantes são clientes. Trata-se também de um processo através do qual as organizações públicas de educação seguem a lógica empresarial (NEVES, 2001).

Os estudos sobre urbanismo e geografia também têm trabalhado esta idéia, ainda que, devido às especificidades da área, não no sentido exato que se encontra nos estudos educacionais e naquele que pretendemos desenvolver neste texto. Harvey (2007, p. 167) evidencia “um consenso geral emergindo em todo o mundo capitalista avançado: os benefícios positivos são obtidos pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico”. Harvey argumenta que a partir dos anos 1970 a governança dos conglomerados urbanos tem sido realizada de modo a tentar tornar atrativos os centros urbanos para as grandes corporações, mas também salienta o quanto a governança destes centros urbanos passa a adotar uma lógica empresarial<sup>5</sup>, alterando totalmente a lógica anterior de prestação de serviços públicos aos habitantes. Vainer (2001), ao analisar o discurso do planejamento estratégico urbano, apresenta uma abordagem mais próxima da que discutimos neste texto. O autor argumenta que o discurso dos porta-vozes do planejamento estratégico “se estrutura basicamente sobre a paradoxal articulação de três analogias constitutivas: a cidade é uma mercadoria, a cidade é uma empresa, a cidade é uma pátria” (VAINER, 2001, p. 2). Se como mercadoria a cidade é um objeto, como empresa a cidade aparece como sujeito, é ativa, sobretudo na competição por investimentos e tecnologias. Vainer destaca que o urbanismo modernista já tinha como “modelo ideal a fábrica taylorista, com sua racionalidade, funcionalidade, regularidade e produtos standardizados”, mas salienta:

---

<sup>5</sup> No texto em inglês Harvey utiliza a expressão “entrepreneurialism” e não “entrepreneurship”, pensamos que há uma distinção, talvez sutil, mas que levou o autor à primeira opção. O texto em português traduziu a expressão por empreendedorismo que, embora também demonstre que a nova postura da governança dos espaços urbanos se aproxime da lógica empresarial, não evidencia a proximidade da reflexão com a necessária reflexão crítica que procuram Solé e Abraham.

O precedente não deve servir, porém, a minimizar as inovações trazidas pela difusão do modelo (pós-moderno?) estratégico. Com efeito, enquanto o modelo modernista acionava noções e conceitos cuja universalidade parecia inquestionável – racionalidade, ordem, funcionalidade –, agora é a cidade, em seu conjunto e de maneira direta, que aparece assimilada à empresa. Produtividade, competitividade, subordinação dos fins à lógica do mercado, eis os elementos que presidem o que Harvey chamou de empresariamento da gestão urbana (VAINER, 2001, p. 5).

Alguns estudos de administração pública em países anglo-saxônicos têm usado a expressão *enterprising*, para discutir o processo de transformação pelo qual passaram Inglaterra, Nova Zelândia, Austrália e Holanda. O uso da expressão deriva, segundo Considine (2001), de duas tradições de pesquisa: a primeira, da literatura da nova gestão que por quase vinte anos tem procurado aplicar teoria organizacional do setor privado aos problemas da administração do estado, na qual identifica Chandler e Drucker; a segunda, tornada popular por Rose, Gordon, e Gay e Salaman, na qual o conceito de empresa é estendido e radicalizado para incluir não somente inovações organizacionais, mas idéias sobre o papel e a responsabilidade revistos dos indivíduos. Ele descreve o processo em quatro características: a substituição da ação legal-burocrática, baseada em direitos e tratamentos universais, por uma nova racionalidade que enquadra o governo em um código de desempenho específico; a mobilização dos princípios da economia organizacional para definir a governança como a criação criteriosa de todos os contratos entre partes capazes de efetuar uma produção eficiente de saídas; o interesse público passa a residir principalmente no cálculo e distribuição dos riscos, liberando-se de qualquer ideia privilegiada de serviço público; descarte da universalidade da prestação de serviços em favor de programas seletivos (CONSIDINE, 2001). Considine (2001) também argumenta que este processo pode ocorrer de diferentes maneiras. Ele pode se manifestar a partir do estabelecimento do gerencialismo (governança corporativa), do incentivo à competição (governança pelo mercado) e a partir do estabelecimento de redes e relações com parceiros (governança pela *network*) (CONSIDINE, 2001).

Se esta discussão acontece há algum tempo na educação, na geografia, na administração pública, entre outras áreas, ela tem estado menos presente nos estudos organizacionais, cujo foco tem recaído sobre o processo de mercantilização. Pensamos que é fundamental que os estudos organizacionais discutam e aprofundem a visão de tal processo, pois podem fornecer importantes elementos à compreensão mais abrangente da adoção de

características de empresas por um grande número de organizações. Segundo Solé (2008), uma das razões para que a área não focalize o processo de empresarização é a noção de empresa ter se tornado uma evidência<sup>6</sup> e, como tal, dificilmente questionada (SOLÉ, 2008). Queremos contribuir para tornar visível esta evidência, para que suas consequências possam ser colocadas em debate e para que outras organizações possam ocupar este lugar sem serem confundidas, pelo silêncio, com a empresa. Além, é claro, de entendermos ser necessário construir as lutas contra este processo de empresarização descrito pelos autores. Por isso, sua compreensão torna-se fundamental.

Para realizar essa tarefa apresentamos neste artigo duas perspectivas sociológicas: uma que considera a empresa como uma organização e outra que a trata como uma instituição. Assim, iniciamos este texto com as considerações de Solé (2004; 2008) acerca da empresa como a organização típica da modernidade. Logo após, calcados nos trabalhos de Abraham (2006), discutimos a concepção da empresa entendida como uma instituição, enfocando o modo como ela consolida e impõe “hábitos coletivos” (maneiras de agir e pensar) típicos de nossa sociedade. Trataremos estes traços e estas maneiras de agir e pensar que conformam a visão de mundo fundadora da empresa discutindo também as relações sociais que elas implicam. Por fim, discutimos as perspectivas de pesquisa que vislumbramos estar associadas a estes fundamentos teóricos.

## **A EMPRESA COMO FORÇA ORGANIZADORA DO MUNDO**

Em contraste com muitos autores que defendem certa linearidade da história, Solé (2000) acredita que a história da humanidade é construída através de uma sucessão sem fim de criação e destruição de mundos que definem, em um determinado período de tempo e de espaço, o modo como os indivíduos convivem e enfrentam as dificuldades através de uma força organizadora – normalmente uma organização, como por exemplo, a Igreja na Idade Média, e a empresa na sociedade moderna

---

<sup>6</sup> Uma evidência para Solé é algo óbvio, que vai por si (*que va de soi*), tomado como verdadeiro (*taken for granted*).

Para Solé (2008), em decorrência da mundialização, da forte presença dos discursos empresariais nos meios de comunicação de massa, pela crescente redução da ideia de organização à empresa, dentre outros aspectos, nossa sociedade não é uma sociedade de organizações, como queria Etzioni (1968), mas sim de empresas. Quanto mais nosso mundo se moderniza, mais dependemos das empresas para a realização das diversas atividades envolvidas em nosso cotidiano. E, assim, o que caracteriza este mundo no qual vivemos é a singularidade de sua organização fundamental, por isto Solé (2008) o denomina Mundo-Empresa. Solé destaca, ainda que, assim como Coase, entende que mercado e empresa são duas organizações concorrentes e que a empresa busca eliminar o mercado. Portanto, para ele não é o mercado que organiza nosso mundo, mas a empresa, uma vez que o caracteriza e impregna o mais fortemente a vida de seus habitantes, suas relações, seus sonhos, seus medos” (SOLÉ, 2008, p. 42).

É curioso que, se, por um lado, nosso mundo experimenta uma inserção, cada vez maior, da empresa e de suas características, por outro, percebemos que estamos cada vez mais distantes ou menos preocupados em caracterizá-la ou conceituá-la como objeto de estudo. Solé considera que o restrito número de tentativas em responder uma questão aparentemente ingênua, mas fundamental como o que é uma empresa, é uma evidência de sua centralidade. Ao que parece, um dos prováveis motivos para essa restrição advém da aproximação conceitual entre as noções de empresa e de organização. Solé as define de forma ampla, procurando fazê-lo de modo que o conceito possa abranger as diversas áreas do conhecimento. Para ele, o conceito deve ser transdisciplinar e aplicado a quaisquer organizações humanas. Assim, define organização como um conjunto de relações entre seres humanos.

Ao conceber a organização como um conjunto de relações definidas no espaço e no tempo, conceitua a empresa como um conjunto singular de relações entre seres humanos. Assim, ao contrário da ideia de Thompson (1967) de que não existem diferenças significativas entre a empresa e as demais organizações, o autor entende que essa singularidade distingue significativamente a empresa de outras organizações. Além disso, a empresa, quando compreendida sob uma perspectiva histórica, pode ser percebida como uma organização relativamente nova, mas, ao mesmo tempo, característica da modernidade. Solé (2008) afirma ainda que a empresa é um fenômeno social total, ou seja, é uma

organização econômica, social, política, psicossocial, jurídica. A empresa é uma organização histórica, não é natural ao ser humano, surgiu no tempo em determinado momento e pode vir a desaparecer; a empresa organiza este mundo, sendo assim, as relações que caracterizam a empresa são aquelas que caracterizam o mundo; e, como toda organização humana, a empresa é um evento contingente da história humana, poderia não ter aparecido na história, assim como poderá desaparecer.

Um dos aspectos centrais deste mundo-empresa é sua concepção de felicidade, segundo o autor, definida como a melhor maneira de viver que cada mundo delinea para si. A humanidade inventou inúmeras boas maneiras de viver e ainda inventará muitas outras. Aquela que o mundo-empresa inventou é a que interessa ao autor. Segundo ele, nossa felicidade está em satisfazer nossas necessidades, e as satisfazemos trabalhando. Ele diz:

Nós trabalhamos para ganhar dinheiro que nos permite comprar mercadorias (bens e serviços) graças as quais nós satisfazemos nossas necessidades. Nós acreditamos que a boa maneira de trabalhar, aquela que garante a eficácia, consiste em se organizar segundo um esquema hierárquico com dirigentes e dirigidos. Para nós a boa maneira de viver é desejar ser um indivíduo, ou seja, um ser humano diferente, único e livre – donde nossa irreprimível necessidade de liberdade individual. Como nós procuramos ser indivíduos, nosso reflexo é considerar o egoísmo como algo normal e a concorrência entre nós como algo natural, até mesmo necessário. Nós desejamos a mudança porque acreditamos que o novo é superior. Estando convencidos que as necessidades humanas são evolutivas e ilimitadas, nós temos sempre necessidades e, como a necessidade é uma falta, finalmente nós estamos constantemente frustrados. Estar/ser frustrado tal é a boa maneira de viver neste mundo[...] (SOLÉ, 2008, p. 46).

A relação entre esta concepção de felicidade e a empresa é bastante evidente: a empresa é a principal fornecedora da possibilidade de emprego. Mas a empresa é também, na mesma medida, a principal fornecedora dos modos de realizar nossas necessidades e de as gerar. A empresa é uma máquina produtora de insatisfação, algo que os dois autores sublinham, pois nos coloca frente a frustração eterna do consumismo.

O que Solé chama mundo-empresa, não é, contudo, algo que se estabelece em definitivo, é um processo, que para ele começa entre os séculos XI e XIII, na Europa e continua em nossa época. Segundo o autor podemos perceber cinco manifestações principais deste processo: a expansão geográfica da empresa; em cada país, a empresa se ocupa cada vez mais de um número maior de atividades e de relações humanas; a empresa se torna cada vez mais o modelo obrigatório de outras organizações e atividades humanas; o aumento do domínio

da empresa sobre a vida dos seres humanos no seu interior; o aumento do domínio das empresas sobre a vida humana fora da empresa (SOLÉ, 2008).

Em grandes traços esta é a concepção original de Solé, com a qual seu antigo aluno Yves-Marie Abraham, procura contribuir, discutindo os principais traços de sua concepção de empresa, a partir da obra de grandes autores que tentaram explicar a sociedade moderna. Abraham, no entanto, concebe a empresa como uma instituição. Na maioria dos aspectos que discutiremos a partir da concepção de Abraham os autores se mostram de acordo; há poucos, mas importantes aspectos nos quais eles divergem de modo mais enfático, os quais sublinharemos.

### **A EMPRESA COMO INSTITUIÇÃO CENTRAL DA MODERNIDADE**

Para Abraham a empresa é uma instituição das sociedades modernas, ou seja, das “sociedades ocidentais (Europa do Oeste e América do Norte, essencialmente) tal como elas se formaram ao fim da Idade Média, que é melhor chamar, aliás, ‘mundo cristão’, como sugerem numerosos historiadores” (ABRAHAM, 2006, p. 373). O autor busca em Durkheim (2005), o conceito de instituição que se refere a um conjunto de regras e procedimentos aceitos e sancionados pela sociedade cujo objetivo é, em suma, manter a ordem e a coesão social; portanto, está relacionado com todas as crenças e todos os modos de comportamento instituídos pela coletividade. Assim, a análise de uma instituição implica em desvendar as maneiras de agir e de pensar, consagradas pela tradição e que a sociedade impõe aos indivíduos. Em outros termos, consiste em analisar os hábitos coletivos que o “indivíduo encontra preestabelecidos e cuja transmissão se faz geralmente pela voz da educação” (FAUCONNET e MAUSS, 1981, p. 11).

Partindo dessas noções, Abraham (2006, p. 323), inspirado no trabalho de Solé (2000; 2004), propõe que “a empresa pode então ser definida não mais em princípio como um conjunto de relações, mas como um conjunto de maneiras de agir e de pensar, de hábitos coletivos, próprios a uma dada sociedade humana”. Em decorrência da inspiração durkheimiana, ele entende que tais hábitos coletivos exercem sobre o indivíduo uma coerção exterior com o objetivo de estabelecer determinados comportamentos (maneiras de agir, pensar e sentir), independentes das manifestações individuais, em outras palavras, são fatos sociais. Assim, grande parte dos hábitos coletivos que fundamentam a ideia de empresa

parecem evidentes e, conseqüentemente, tendem a ser encarados como uma ordem eterna e universal das coisas. Importante considerar que Solé (2004) na sua descrição da empresa como tipo ideal a caracteriza, primeiro, em seus aspectos fundadores, os traços da sociedade moderna, dos quais decorrem as relações que evidencia na empresa.

Para esclarecer a ideia de empresa, Abraham discute alguns dos hábitos coletivos (hábitos essencialmente modernos) que a fundamentam. Para torná-los mais evidentes, recorre frequentemente à comparação com outras sociedades humanas, o que Solé denomina de “desvio antropológico”.

Na perspectiva de Abraham (2006), a ideia de empresa como uma instituição é compreendida a partir da associação de cinco “modos de agir e pensar” (traços, visões de mundo) típicos da modernidade: 1) o individualismo e a invenção da realidade econômica; 2) o mito fundador da escassez; 3) propriedade privada, apropriação e exploração; 4) racionalismo, racionalidade e burocracia; e 5) inovação, desenvolvimento e a ideologia do progresso. Nas sessões seguintes discutiremos cada um destes modos de agir e pensar baseados tanto em Abraham quanto em Solé, uma vez que estes compartilham estes traços nas suas caracterizações da empresa, destacando, quando existirem, seus desacordos. O esclarecimento de cada um destes modos de agir e pensar será realizado a partir dos autores que fundamentam os argumentos de Solé e Abraham. Importante sublinhar que os autores estão em busca das ideias fundamentais que constroem o mundo moderno, não de sua evolução histórica, isto é importante para a compreensão da escolha que fazem dos autores. Desenvolvemos mais detalhadamente os dois primeiros aspectos destacados por Abraham que nos parecem fundamentais para a compreensão da teoria proposta.

No desenvolvimento dos trabalhos sobre empresarização será importante considerar o modo como Abraham utiliza o conceito de instituição, restrito a uma parte da obra de Durkheim<sup>7</sup>, principalmente se considerarmos que a teoria institucional e neo-institucional tem recebido muita atenção no âmbito dos estudos organizacionais.

## **O INDIVIDUALISMO E A INVENÇÃO DA REALIDADE ECONÔMICA**

---

<sup>7</sup> Agradecemos a um dos revisores do artigo o alerta para esta consideração.

Para Solé (2000) a realidade econômica é uma invenção do mundo ocidental moderno. Segundo ele, “a economia não é um problema universal, uma realidade inerente à condição humana. É uma invenção do homem moderno, um componente da visão moderna do mundo” (SOLÉ, 2000, p. 138).

Dumont (2000), fundamento importante para os dois autores, afirma que a era moderna testemunhou a emergência de um novo modo de considerar os fenômenos humanos e a delimitação de um domínio separado que evocamos correntemente pelas palavras economia ou econômico. Ambos buscam apoio em Polanyi (2000), que também ressalta que a particularidade de nossa civilização em comparação a outras é, precisamente, o fato dela se basear, essencialmente, em fundamentos econômicos. De fato, na sociedade moderna, a esfera econômica passa a constituir a base, o fundamento das sociedades, e a partir dela definem-se a posição social, o bem-estar, enfim, a maneira como “ se está” no mundo. Por essa razão, parece perfeitamente normal, e de fato necessário, a inserção de todos os indivíduos em tal esfera (ABRAHAM, 2006).

Como relembra Abraham (2006, p. 323), “a constituição de um domínio de atividade separado, distinto, obedecendo a regras específicas, que chamamos ‘domínio da economia’, se observa de fato somente nas sociedades ocidentais modernas”. Concretamente, continua o autor, só os modernos distinguem no curso de sua existência tempos e espaços nos quais não é apenas legítimo, mas necessário, privilegiar os movimentos econômicos, isto é, trabalhar principalmente para a satisfação das necessidades individuais, em situações de insuficiência, segundo a definição clássica da ação econômica. Mesmo não sendo consensual a ideia de que a economia é um fenômeno essencialmente moderno, como será visto, grande parte dos autores parece concordar que nenhuma sociedade realizou uma divisão tão clara entre a economia e outras esferas que a compõem. Em decorrência de sua emancipação, a categoria econômica, não só é uma novidade em nosso mundo, como, e principalmente, parece afetar e se impor sobre espaços tradicionalmente livres e com características bem distintas. Sendo assim, nesta etapa, pretendemos discutir as prováveis origens deste descolamento e as implicações desse processo, com o intuito de desnaturalizar esta categoria e, conseqüentemente, fazer o mesmo com sua principal instituição de referência: a empresa.

É particularmente intrigante discutir a concepção da economia como uma categoria distinta e essencialmente moderna uma vez que, se por um lado, os autores concordam que tal distinção é um fenômeno novo, por outro, a grande maioria não concorda com a inexistência da economia em outros tempos. Polanyi (2000), ao contrário, entende que outras sociedades e outras civilizações também foram limitadas pelas condições materiais de sua existência. Porém, somente nossa civilização é econômica em um sentido diferente, pois ela escolheu basear-se num motivo raramente reconhecido como válido na história das sociedades humanas e, certamente, nunca antes elevado ao nível de uma justificativa de ação e comportamento na vida cotidiana, a saber: o lucro. Ao estabelecer um conceito amplo de economia, Polanyi não nega o papel da economia na sobrevivência de qualquer sociedade, mas, ao defender que seu papel era apenas incidental, reconhece a dimensão e a centralidade atingida pela mesma na sociedade moderna. Em outras palavras, ele reconhece a emergência da economia enquanto categoria distinta e com características diferentes de outros fenômenos sociais.

Como Polanyi (2000), outros autores, dentre eles Mauss (1974) e Sahlins (1978), este último um autor fundamental para os argumentos de Solé e Abraham, concordam que é difícil distinguir e destacar elementos puramente econômicos nas sociedades não modernas. Dumont (2000), ao discutir a construção da economia enquanto objeto e sua consequente autonomização de outros domínios, demonstra como o domínio religioso, que a princípio era o único que englobava todas as coisas, dá origem, com a ajuda do direito, a uma categoria nova, especial, do político. Segundo ele, da mesma forma que a religião deu origem ao político, o político, por sua vez, possibilitou a emergência do domínio econômico. A separação entre a política e a economia relaciona-se, diretamente, com a concepção de riqueza, especialmente, de riqueza imobiliária. Com os modernos, avança Dumont (2000, p. 17), produziu-se uma revolução neste ponto: “o vínculo entre riqueza imobiliária e o poder sobre os homens foi rompido, e a riqueza mobiliária adquiriu plena autonomia, não apenas sobre si mesma, mas como a forma superior da riqueza em geral, ao mesmo tempo em que a riqueza imobiliária torna-se uma forma inferior, menos perfeita, em resumo, assistiu-se à emergência de uma categoria autônoma e relativamente unificada da riqueza”. É a partir de então que uma clara distinção pode ser feita entre o que se chama de político e o que se denomina econômico. Distinção que as sociedades tradicionais não conheciam.

Solé e Abraham remarcam ainda que nossa sociedade além de inventar a economia como esfera autônoma, transformou-a no centro de toda vida moderna. Por consequência, “fizemos da ‘ação econômica’, isto é, da busca pela ‘satisfação de necessidades individuais, em situação de insuficiência’, o grande negócio de nossas vidas” (ABRAHAM, 2006, p. 6).

Essa busca por satisfação das necessidades individuais implica em comportamento egoísta. É Smith (1996, p. 74), alicerce de grande parte das ideias construídas para sustentar esta esfera autônoma e trazido à discussão por Abraham e Solé, quem explica que não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. “Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima [ao seu egoísmo], e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles”. Em nossa sociedade para satisfazer nossas próprias necessidades, torna-se necessário satisfazer as necessidades de outrem, despertar o seu interesse, inflar o seu egoísmo e suscitar o desejo de troca. “É isto o que faz toda pessoa que propõe um negócio a outra. Dê-me aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer — esse é o significado de qualquer oferta desse tipo; e é dessa forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos” (SMITH, 1996, p. 74).

Apesar de existirem, como ilustram Polanyi (2000) e Mauss (1974), outras maneiras de atender às necessidades dos indivíduos (domesticidade, reciprocidade, redistribuição, por exemplo), a troca egoísta, ou seja, aquela que repousa sobre o respeito da liberdade individual e que coloca em primeiro plano o interesse do indivíduo frente aos interesses da sociedade, é empreendida unicamente pelo homem moderno. Essa maneira de conceber o homem parece expor outro hábito coletivo da sociedade moderna, intimamente relacionado à emancipação da esfera econômica: o individualismo. Como Dumont (1997, p. 57) esclarece, “quando falamos de ‘indivíduo’, designamos duas coisas ao mesmo tempo: um objeto fora de nós, e um valor”. Por um lado, trata-se do sujeito empírico, ou seja, o exemplar individual da espécie humana, tal como o encontramos em todas as sociedades; por outro, trata-se do ser moral, independente, autônomo, e, por consequência, essencialmente não social, que veicula os valores supremos e ocupa o primeiro lugar na ideologia moderna do homem e da sociedade. O autor denomina individualismo a característica da sociedade na qual o indivíduo é o valor supremo (DUMONT, 1997).

Nesse tipo de sociedade, as ideias de igualdade e liberdade se assentam na convicção de que o ser humano 'individual' é a encarnação da humanidade inteira e, como tal, é igual a qualquer outro e livre (esta perspectiva subordina a totalidade social ao sujeito moral e autônomo). Como consequência do predomínio do individualismo, o autor ressalta que, enquanto nas sociedades tradicionais (ou nas civilizações superiores) as relações entre os homens são mais importantes, mais valorizadas, frente às relações entre os homens e as coisas, no tipo moderno de sociedade essa prioridade é invertida, ou seja, as relações entre os homens são subordinadas às relações entre os homens e as coisas. Assim, as coisas (elevadas à categoria de riqueza superior) tornam-se as intermediárias de todas as relações intersubjetivas ou, pelo menos, das relações consideradas importantes. Esta realidade mediada por "coisas" é própria das sociedades dominadas pela esfera econômica e torna-se estranha quando comparada a sociedades distintas. Pode-se acrescentar, ao que destacam os autores, a visão de outro autor muito utilizado por ambos, Weber (2004a), quando afirma que neste tipo de espaço leva-se apenas em consideração a coisa e não a pessoa, e que inexistem deveres de fraternidade, devoção ou qualquer das relações humanas originárias sustentadas pelas comunidades tradicionais (WEBER, 2004a).

Abraham (2006) ainda salienta que, para privilegiar a troca egoísta, é necessário um conjunto de instituições que possibilitem duas pessoas entrarem em contato e negociarem uma com a outra. Para ele, o predomínio da troca egoísta tende a impor e a tornar necessária a especialização produtiva de seus membros, ou seja, a divisão do trabalho. No entanto, como ressalta Smith (1996), uma vez plenamente estabelecida a divisão do trabalho, é muito reduzida a parcela de necessidades humanas que pode ser atendida pela produção individual do próprio trabalhador. Isso implica que a grande maioria de suas necessidades são satisfeitas mediante permuta daquela parcela do produto de seu trabalho que ultrapassa o seu próprio consumo, pela parcela da produção alheia de que tiver necessidade. Assim sendo, cada homem subsiste por meio da troca, tornando-se, de certo modo, comerciante; e a sociedade se transforma naquilo que adequadamente se denomina sociedade comercial. Essa atividade de produção de bens e serviços para trocar por aquilo que os indivíduos acreditam ter necessidade ocupa, no mundo moderno, um lugar central e constitui a base de organização da sociedade.

De acordo com Durkheim (1999), autor fundamental na abordagem de Abraham,

enquanto nas sociedades primitivas a organização social originava-se das semelhanças (solidariedade mecânica), com o surgimento da sociedade moderna e a intensificação da divisão do trabalho, assistiu-se a emergência de uma nova forma de solidariedade entre os homens, uma solidariedade que nasce de suas diferenças e de sua incompletude – situação que conduz cada indivíduo à especialização produtiva. Denominada de solidariedade orgânica, essa forma de organização social, ao privilegiar a função desempenhada por cada indivíduo, parece reduzir a identidade dos indivíduos à atividade profissional e, por conseguinte, à esfera econômica. Caso isso não ocorra, ou seja, caso os indivíduos não tenham condições de participar de tal esfera, imediatamente, perdem, nas palavras de Abraham (2006), o seu lugar neste mundo (seu lugar não é mais adquirido, mas sim ‘conquistado’). Além disso, diferentemente da solidariedade mecânica, na solidariedade orgânica os laços de dependência entre as pessoas concentram-se no plano material, no utilitarismo, na satisfação das necessidades individuais, no trabalho. Outra característica importante desses laços é que são impessoais, uma vez que a dependência que liga cada indivíduo não está relacionada ao outro propriamente dito, mas às coisas que ele produz ou possui. À primeira vista, a relação entre coisas conduz à relação com os outros. No entanto, com o avanço e a intensificação da divisão do trabalho, não seria nenhum exagero supor que esse “outro” é constituído de múltiplos homens e, por isso, é impossível conhecê-lo por completo.

Tal situação parece ter implicações sérias em nosso mundo. Em primeiro lugar, a independência individual, que garante o processo de divisão do trabalho, tem por consequência a imposição sobre o homem moderno de uma forma de isolamento e de solidão. Isto, para Durkheim (1999), representa uma das principais dificuldades das sociedades “orgânicas”: a ausência de integração entre seus membros. Além disso, Abraham (2006) afirma que, ao invés de serem controlados ou regulados, os desejos humanos são perpetuamente estimulados, sem que alguns limites lhes sejam impostos. De fato, a construção da insatisfação (HELLER, 1998) e a criação de expectativas irrealistas sobre os diversos aspectos da vida (SCHUMPETER, 1961), parecem ser aliados importantes à centralidade da esfera econômica, à troca egoísta e, conseqüentemente e à sua manutenção. Este será um dos assuntos abordados no próximo item.

## **O MITO FUNDADOR DA ESCASSEZ**

Abraham destaca que em um dos mais importantes manuais de economia, Samuelson e Nordhaus (2004) conceituam a economia como a ciência que estuda a forma como as sociedades utilizam os recursos escassos para produzir bens com valor e de como os distribuem entre os vários indivíduos. Neste conceito, estão implícitas duas questões fundamentais: a ideia de que os bens são escassos, ou seja, não existem em quantidade suficiente para satisfazer plenamente todas as necessidades e desejos humanos; e a noção de que a sociedade deve utilizar os recursos de que dispõe de uma forma eficiente, ou seja, deve procurar formas de utilizar os seus recursos de maneira a maximizar a satisfação das suas necessidades. Logo, para esses autores, a escassez e a eficiência constituem a base de tal ciência. Concentrado-nos, especificamente, na escassez, é possível pressupor que, se nossos recursos fossem ilimitados, não existiriam bens econômicos, os bens seriam gratuitos, os preços e os mercados não teriam sentido e, conseqüentemente, não existiria motivo para a existência da economia. Entretanto, como a sociedade moderna está cada vez mais distante de atingir possibilidades ilimitadas, a questão da escassez deve ser compreendida sobre outro prisma: o das necessidades ou dos desejos humanos.

Atualmente, a premissa de que os indivíduos possuem necessidades ou desejos ilimitados constitui-se em uma evidência indiscutível. Assim, mesmo possuindo capacidades produtivas muito maiores quando comparadas às sociedades distintas da nossa, na sociedade moderna, o problema da escassez se mantém uma vez que está intimamente relacionado ao caráter ilimitado das necessidades humanas. Pelos argumentos anteriores, especialmente os de Smith (1996) acerca do egoísmo, é possível conferir à busca por satisfação das necessidades uma das principais forças de ação dos indivíduos modernos. Como esclarece o autor, o desejo de melhorar as condições individuais, através da satisfação das necessidades, é algo que nasce e morre com cada um. Nesse intervalo, continua o autor, não há talvez um único instante em que o homem se encontre plenamente satisfeito com sua

condição, que não deseje alguma mudança ou melhoria qualquer. Ao que parece, para Smith, o homem então é um ser perpetuamente insatisfeito com sua condição, frustrado por natureza, condenado desde o nascimento até seu último suspiro a perseguir um horizonte para sempre inatingível (ABRAHAM, 2006).

Em sua vã tentativa de reduzir a distância entre a necessidade (o desejo) e os meios para satisfazê-la, os indivíduos entregam-se ao trabalho e realizam esforço para conseguir, enfim, o maior número de bens possível. Essa condição é essencial à manutenção de tal maneira de agir e pensar, pois se os trabalhadores preferirem mais tempo ao invés de bens o sistema não se mantém, pelo menos não da mesma forma. O problema é que, nesse jogo de livre escolha do consumidor, toda aquisição é simultaneamente uma privação, pois toda compra de alguma coisa é a falta de alguma outra, em geral marginalmente menos desejável e em alguns detalhes mais desejável (SAHLINS, 1978). Como diz Abraham (2006), essa é a tragédia da condição humana; uma tragédia que funda a realidade econômica e que justifica a ciência de mesmo nome. É importante, então, questionar se o desejo sem limites é natural ao homem?

Com o intuito de se opor à sabedoria tradicional disseminada pelos manuais de economia, Sahlins (1978), depois de caracterizar uma sociedade afluyente como aquela em que todas as vontades materiais das pessoas são facilmente satisfeitas, afirma que a sociedade de caçadores e coletores é a primeira sociedade da afluência. Para o autor, afirmar que os caçadores são afluentes é negar que a condição humana seja, como mencionado, uma tragédia predestinada, com o homem prisioneiro de trabalho pesado caracterizado por uma disparidade perpétua entre vontades ilimitadas e meios insuficientes. De uma maneira geral, há duas formas possíveis de afluência. As necessidades podem ser “facilmente satisfeitas”, seja produzindo muito, seja desejando pouco. A concepção tradicional de afluência sustenta que as necessidades dos homens são grandes, para não dizer infinitas, enquanto seus meios são limitados. Por outro lado, há também uma concepção desconcertante para os modernos: a premissa de que as necessidades humanas materiais são finitas e poucas, e os meios técnicos invariáveis, mas, no conjunto, adequados.

Em síntese, após reunir e analisar diversos escritos etnográficos, diários de viagem e relatórios de missionários sobre sociedades dos caçadores-coletores, Sahlins (1978) tenta comprovar sua tese através da premissa de que o caçador-coletor é um homem não

econômico, pelo menos no que diz respeito a bens não alimentares, uma vez que seus desejos são poucos, e seus meios (em relação) são abundantes. Conseqüentemente, ele se torna livre de preocupações materiais, não desenvolve nenhum sentimento de posse, tem um senso embrionário de propriedade, é completamente indiferente a qualquer pressão material, trabalha pouco, dedica-se ao ócio e manifesta falta de interesse para desenvolver seu equipamento tecnológico. Do mesmo modo, no que concerne às observações acerca da relação dos caçadores com produtos “profanos”, é importante destacar uma diferença crucial desses com a sociedade moderna.

Da perspectiva interna da economia, parece errado dizer que seus desejos são “restritos”, os desejos “reprimidos” ou mesmo que a noção de riqueza é “limitada”. Tais frases implicam sugerir um Homem Econômico (“*Economic Man*”), e a luta do caçador com sua própria natureza profunda, que é finalmente subjugada por voto cultural de pobreza. As palavras implicam em renúncia de poder aquisitivo que na verdade não foi desenvolvido, uma supressão de desejos que nunca vieram à tona. Como disse Marcel Mauss - o Homem Econômico é uma construção burguesa - “não depois de nós, mas antes, como o bem moral”. Não que os caçadores e coletores tenham refreado seus “impulsos materiais”; simplesmente nunca os instituíram (SAHLINS, 1978, p. 8).

Assim, após afirmar que os desejos materiais constituem um dos elementos centrais da modernidade, Sahlins (1978) conclui que, quando comparados ao nosso mundo, os caçadores e coletores, por força das circunstâncias, têm um padrão de vida objetivamente baixo, mas, vistos de dentro de seus objetivos e dado seus meios de produção, todas as necessidades materiais das pessoas podem ser facilmente satisfeitas (esses fatores parecem torná-los mais livres que os indivíduos modernos e não mais pobres). Para o autor, diferentemente daquilo defendido pela maioria, apesar de todo desenvolvimento tecnológico, de toda a riqueza, são as sociedades modernas capitalistas que se dedicam à escassez. Por gerar, ao mesmo tempo, a riqueza e a pobreza, a apropriação da natureza e a expropriação em relação ao homem, a escassez é a sentença carregada pela economia, e é também o axioma da economia política. Naturalmente, finaliza Sahlins, o aspecto progressista é tecnológico. Ele tem sido louvado de várias formas: como o aumento na quantidade de produtos e serviços necessários, o crescimento na quantidade de energia domesticada a serviço da cultura, o aumento da produtividade, o aumento da divisão de trabalho e, especialmente, com a instituição das necessidades infinitas (SAHLINS, 1978). Os argumentos de Sahlins contribuem para esclarecer que não está na natureza do homem, mas na cultura ocidental moderna, desejar sem limites e procurar sem cessar diminuir a distância

entre essas necessidades ilimitadas e os meios de satisfazê-las. A escassez é uma invenção moderna.

Dentre os autores que analisaram o aspecto manipulador de criação de necessidades modernas, Karl Marx (1996), sem dúvida, merece destaque. Ao defender que o conceito de necessidade é uma categoria extra-econômica, histórico-filosófica e antropológica de valor e, por isso, não é suscetível de definição dentro do sistema econômico, Marx ressalta que o capitalismo cria um conjunto de falsas necessidades (não-humanas), alienando a humanidade das verdadeiras necessidades (as humanas).

Por que nos condenamos a essa criação de falsas necessidades? Por que nos condenamos à escassez? Os trabalhos de Weber, especialmente a *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (2004b), e de Dumont sobre o individualismo, parecem fornecer subsídios importantes nessa tarefa – apesar de não serem os únicos. Para Weber, certas vertentes do protestantismo forneceram o alicerce para a eliminação do caráter imoral da busca por ganho, cuja aparição eventual era reprimida e condenada, e a transformaram na força de ação do homem moderno (WEBER, 2004b). Mas, isto só poderia se consolidar ligado a uma nova concepção de ser humano, que o colocasse no caminho dos “trabalhos forçados perpétuos” como sublinha Abraham (2006), usando a expressão de Sahlins. Esta concepção se insere na ideologia do individualismo, segundo Abraham (2006). O autor se fundamenta em Dumont (2000) para afirmar que a maioria das sociedades valoriza a ordem, ou seja, a conformidade de cada elemento a seu papel no conjunto, ao passo que as sociedades modernas subordinam o conjunto da sociedade aos desejos individuais. Não temos espaço neste texto para abordar a rica tese de Dumont sobre a passagem do holismo ao individualismo, que é explorada por Abraham.

Uma criação vai facilitar, para alguns, a satisfação de todos seus desejos, o dinheiro, que Simmel (1998) denomina “Deus da Modernidade”. Em outras palavras, ao objetivar as relações, situação ideal quando essas se dão predominantemente entre os homens e as “coisas” (DUMONT, 2000; WEBER, 2004a), o dinheiro torna-se o facilitador ou o mediador adquire, um papel central na modernidade. Para Simmel (1998), que Abraham procura trabalhar detidamente, o dinheiro possibilitou ao homem a chance de satisfazer plenamente seus desejos, aproximando-o dos objetos do seu desejo, envolvendo-o, portanto, em um mundo de tentações. O dinheiro é assim um meio de relacionamento universal que fornece

autonomia e “liberdade” de conquistar tudo o que é desejável para atingir a felicidade dos homens em qualquer lugar do mundo, não é surpreendente que rapidamente tenha se transformado em um fim em si. Claro, pois tanto a liberdade como a felicidade, são condicionadas à sua posse, como ilustra Simmel:

Do mesmo modo que a maioria dos homens modernos precisa ter diante dos olhos, na maior parte da vida, o ganho de dinheiro como motivação mais próxima, forma-se a idéia de que toda a felicidade e toda satisfação definitiva na vida são ligadas, intrinsecamente, à posse de uma certa forma de dinheiro (SIMMEL, 1998, p. 33).

Os autores associam os argumentos de Marx (1996) acerca da criação de falsas necessidades pelo sistema capitalista com o individualismo de Dumont (2000) e a centralidade do dinheiro de Simmel (1998), para enfatizar a concentração das relações sociais do mundo-empresa em relações de consumo.

No contexto das necessidades (ilimitadas) e do consumo como um caminho para a satisfação, as empresas assumem um papel de destaque, pois como disse Galbraith (1961, p. 137), evocado por Abraham, “a nova missão da empresa é de criar as necessidades que ela procura satisfazer”. De fato, a constante criação de necessidades (infinitas) e a insatisfação material são condições fundamentais à sobrevivência da empresa. Para Solé (2000) caso nossas necessidades fossem plenamente satisfeitas, nosso mundo, em sua atual configuração, desmoronaria e, com ele, sua instituição central. Abraham (2006) complementa as reflexões de Solé. Para o autor, humanos satisfeitos de sua condição constituem-se na mais grave ameaça para as empresas. Humanos satisfeitos, continua o autor, seriam de fato consumidores e clientes a menos, que parariam de comprar os artigos produzidos por essas empresas ou que comprariam menos. Mas seriam também assalariados e acionistas que não arriscariam mais investir ativamente no crescimento dessas empresas, pois a perspectiva de enriquecer para melhorar sua condição não possuiria sentido (ABRAHAM, 2006). Para evitar o seu desaparecimento, nosso mundo testemunha o trabalho incansável da empresa no sentido de alimentar, suscitar, perseguir, provocar, criar e disseminar a insatisfação por toda sociedade e, paradoxalmente, a produção de mais e mais bens para responder a esta insatisfação, momentaneamente. Colocando, segundo Abraham (2006) a própria existência da humanidade em risco, dada a devastação causada ao planeta. É por isto que ele também a define como uma máquina de produção de mercadorias para acumular dinheiro.

A importância do dinheiro no mundo-empresa não reside é claro, exclusivamente, nas relações de consumo que ele possibilita, mas antes de tudo, nesta acumulação que ele favorece através do lucro. Objetivo que transforma a relação que os seres humanos estabelecem com os diversos aspectos da sua vida, notadamente com o tempo, como já esclareceu Weber (2004a). Ou seja, o dinheiro tornado deus no mundo-empresa, é aquele que produz mais dinheiro, para os que dominam.

## **RACIONALISMO E DOMINAÇÃO**

A racionalidade é o principal alicerce legitimador da dominação na sociedade moderna. A partir dos estudos de Weber alguns afirmam que esta é uma dominação racional, mas seria mais correto dizer que esta é uma dominação que chama para si o caráter racional legitimando seu exercício. Isto implica em concordar e discordar de Max Weber tal como o fazem Abraham e Solé. Abraham estabelece uma clara relação entre empresa e racionalidade, embora faça uma crítica a esta racionalidade que predomina na empresa. Já Solé discorda radicalmente e afirma que ao contrário do que Weber possa ter sustentado, a empresa não é a forma mais racional de organização. Para ele os povos originários quando realizavam seus rituais a fim de obter os favores dos deuses estavam sendo tão racionais quanto pode ser qualquer ser humano. Ao contrário no Mundo-Empresa, podemos encontrar toda uma série de ações que não podem ser ditas racionais. Esta é sem dúvida uma discussão central no tema da empresarização. Vamos sintetizar os principais argumentos dos autores, sem, no entanto, fazer um grande apanhado da teoria weberiana, uma vez que ela foi amplamente discutida e reconhecida nos estudos organizacionais.

Abraham destaca o racionalismo que é para Weber característico das sociedades ocidentais modernas e que está na base “de um processo contínuo de racionalização e de intelectualização” em todas as sociedades ocidentais. Ele cita Weber para explicar este processo, que significa que nós sabemos, ou acreditamos que a todo momento nós poderíamos, bastando quereremos, nos provar que não existe em princípio nenhum poder misterioso e imprevisível que interfira no curso da vida (Weber apud Abraham, 2006, p. 347, nossa tradução). Assim, como a ciência e a técnica, a empresa capitalista é um “dos filhos

mais perenes do movimento de racionalização” para Weber (ABRAHAM, 2006, p. 347). Ela é o instrumento fundamental para a operacionalização da ação racional referente a fins que prevalecendo na sociedade moderna garante a busca de um lucro renovado, contínuo, racional, que distingue o capitalismo moderno da busca irracional do ganho. Ou seja, para Weber, característica essencial do capitalismo moderno é, na visão de Abraham, “a organização racional do trabalho (formalmente) livre, do qual não se encontrava antes mais do que projetos vagos” (ABRAHAM, 2006, p. 349). O autor destaca como esta organização racional do trabalho se desenvolve dentro de empresas ao longo do século XIX e o papel de Taylor e Fayol para sua consolidação no início do século XX.

Weber vincula o processo de racionalização à burocracia, quadro administrativo de um tipo especial de dominação racional, ou seja, uma maneira de garantir a orientação contínua de ações determinadas de modo racional referente a fins. Neste tipo de dominação (administração) impera a crença de que todo direito (que em sua essência é um cosmo de regras abstratas) pode ser instituído de maneira racional e que, portanto, tanto quem “manda” como quem obedece, o faz através e em respeito “ao direito”. Tal modalidade de dominação tem por princípios o exercício contínuo de funções oficiais dentro de determinada competência (autoridade institucional), a hierarquia oficial, as regras (regras técnicas ou normas), a qualificação profissional (funcionários), a separação entre o quadro administrativo e os meios de administração e produção e o princípio da documentação (WEBER, 2004a; WEBER, 1978) formal, é a forma mais racional de exercício de dominação, ou seja, aquela mais capaz de garantir o atingimento técnico da maior eficiência e, devido à necessidade originada no capitalismo de uma administração contínua, rigorosa, intensa e calculável, está condicionada como núcleo de toda administração de massas (WEBER, 2004a; WEBER, 1978). Abraham interpreta Weber afirmando que a empresa é uma burocracia, portanto racional e eficiente. Solé discorda desta interpretação e afirma que a empresa não é a organização mais racional, mais eficiente, mais engenhosa que a humanidade desenvolveu. O autor apresenta dois argumentos: 1) a vida cotidiana das empresas é marcada pela falta de racionalidade; 2) a história humana apresenta muitos exemplos de organização tão ou mais eficientes que a empresa - ele cita os exemplos da construção das pirâmides e de povos, como os Inuits ou os povos da Amazônia, que conseguiram enfrentar ambientes pouco hospitaleiros.

Mas é forte o discurso que apresenta a empresa (a burocracia está em parte compreendida no conceito) como a única forma existente e possível de organização. A força de tal aparato parece residir no enfraquecimento da capacidade de que processos de racionalização substantivos insiram modos de vida baseados em quaisquer valores que não os da racionalidade formal próprios das burocracias. Este parece ser o fatalismo a que os modernos estão condenados, ou seja, a construção de um mesmo discurso e de uma mesma lógica em praticamente todas as esferas da vida, que reforça o cálculo, tornando, assim, quaisquer outras formas de racionalidade “irracionais” (substituição de outras visões de mundo por uma visão puramente racional em finalidade). Entretanto, é sempre bom lembrar que a ascensão de tal visão de mundo, apesar de se apresentar como um processo neutro e racional, foi erigida a partir de uma constelação de valores que, quando naturalizados e transformados em hábitos coletivos, contribuem com a despersonalização da dominação que sustentam. Desse modo, como alerta o próprio Weber (2004a, p. 146), “a questão é sempre: quem é que domina o aparelho burocrático existente”.

Os autores não desenvolvem suficientemente este traço ao ponto de dirimir as dúvidas sobre as aproximações e distanciamentos entre empresa e burocracia. É possível perceber a empresa como uma burocracia e questionar a eficiência atribuída a esta última e não somente à empresa. Pensamos que há neste aspecto avanços importantes a serem realizados.

## **PROPRIEDADE PRIVADA, APROPRIAÇÃO E EXPLORAÇÃO**

De todos os traços/hábitos coletivos mencionados, o direito à propriedade privada, por associar-se à ideia de liberdade, igualdade e democracia, talvez seja o aspecto mais fundamental, evidente e defendido pela sociedade moderna, embora Solé argumente ser a relação de assalariamento. Do mesmo modo, o reconhecimento da existência de direitos à propriedade privada, ao sustentar outras maneiras de agir e pensar como o individualismo, o mercado e o consumo e a própria relação de assalariamento, também se vincula com a aparição, o desenvolvimento e a sobrevivência da empresa e é acentuado pelos autores. Abraham (2006) argumenta que depois de Marx, Weber insistiu sobre o fato de que a

primeira condição de possibilidade do capitalismo é “a apropriação dos meios materiais de produção (terra, equipamentos, máquinas, ferramentas) por empresas privadas, lucrativas e autônomas que podem deles gozar livremente” (WEBER, 2004a, p. 297).

Entretanto, é importante ressaltar que a apropriação desses meios não se dá de maneira igualitária ou democrática; ao contrário, ela está restrita a uma pequena parcela da população, como bem demonstraram Marx e Engels (2003). Defendendo a abolição da propriedade privada, tais autores argumentam que em nossa atual sociedade, a propriedade privada já está abolida para “nove décimos de seus membros; ela existe precisamente porque não existe para esses nove décimos. Censurai-nos, portanto, por querer abolir uma propriedade cuja condição necessária é a ausência de toda e qualquer propriedade para a imensa maioria da sociedade” (MARX e ENGELS, 2003, p.62). Por consequência dessa restrição, ou melhor, por não deter os meios de produção, a grande maioria da população, para garantir sua sobrevivência, se obriga a vender sua força de trabalho aos seus detentores.

Dentre os autores clássicos que dedicaram sua atenção à defesa da propriedade privada (HOBBS, 1984, SIMTH, 1996; RICARDO, 1996; MALTHUS, 1996; dentre outros), John Locke mereceu o destaque de Abraham. Ao argumentar que o homem é essencialmente livre da dependência das vontades alheias, esse autor sustenta que, mesmo aqueles indivíduos que não possuem nenhum bem, são proprietários ao menos de si, de seu corpo e de seu trabalho. A propriedade é, assim, em princípio, comum a todos os homens, uma vez que a natureza não privilegia um indivíduo em detrimento de outro. A legitimação do direito à propriedade emerge a partir do momento em que o homem, ao despender seu próprio trabalho, altera, de alguma forma, a natureza, pois a retira da massa comum de bens. Assim, Locke (2003) argumenta que é por meio do próprio trabalho que o homem altera a condição da terra, cultivando-a, deixando-a fértil e produtiva, ou seja, conferindo-lhe algum valor. Desse modo, continua o autor, é justo que, ao acrescentar “substância a coisa” através de seu trabalho (extensões de seu próprio corpo, de seus sentidos e de suas ações), determinado indivíduo adquira o direito sobre ela, ou seja, que ele se torne proprietário daquela “coisa” e, conseqüentemente, impossibilite, se assim desejar, o usufruto por outras pessoas. Em outras palavras, para Locke (2003) e outros teóricos clássicos, o trabalho do homem é a causa única e essencial do direito à propriedade.

Além disso, dada a sua concepção liberal de homem, Locke insiste que a propriedade privada, assim como a liberdade, é uma tendência natural, “divina” de todos os seres humanos. Essa tendência transforma tal instituição em um elemento central no processo de construção, evolução e desenvolvimento humano (e da sociedade civil), uma vez que também é da “natureza” humana o desejo de melhorar sua condição (SMITH, 1996).

Os argumentos citados contribuem para fortalecer a compreensão da propriedade privada como um direito, atualmente garantido pelo Estado, natural, inalienável e imprescritível da sociedade moderna e, por isso, pouco questionado. Entretanto, diversos autores contribuirão, por suas críticas à propriedade privada, com a compreensão de que esse não é um direito natural do homem, e sim um elemento característico de nosso mundo. Por exemplo, se por um lado os argumentos de Locke auxiliam a naturalização da propriedade, por outro, praticamente na mesma época, Rousseau (2007) sustenta que ela, ao originar a desigualdade entre os seres humanos, é um dos grandes males da modernidade. Para este autor, “o primeiro homem que, cercando um terreno, se lembrou de dizer: ‘isto é meu’ e encontrou pessoas bastante simples para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassinatos, misérias e horrores não teriam sido poupados ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: ‘não escutem esse impostor! Vocês estarão perdidos se esquecerem que os frutos são de todos e que a terra não é de ninguém” (ROUSSEAU, 2007. p. 57).

Afora Rousseau (2007), autores como Marx e Engels (2003) Engels (1984) também realizaram duras críticas acerca da propriedade privada dos meios de produção. Porém os ataques mais conhecidos contra a propriedade foram proferidos por Pierre Proudhon e sua famosa sentença: “a propriedade é o roubo” (PROUDHON, 1975, p. 11), no que tem a concordância de Engels (1984, p. 127). A propriedade privada é uma instituição sem fundamento legítimo para Proudhon (1975).

Para Marx (1996), que corrige a discussão de Proudhon, é a propriedade burguesa que importa combater, pois a propriedade é uma relação histórica, tratada equivocadamente por Proudhon como uma relação independente. A detenção dos meios de produção pelos quais as pessoas poderiam satisfazer suas necessidades são de propriedade exclusiva de poucos (burgueses, na compreensão de Marx, 1996). Para simplesmente viver na sociedade

moderna, o trabalhador, ou seja, a maior parte da população, não tem outra opção que não seja através da venda de sua força de trabalho. Essa mercadoria particular, como diz Marx (1996), é comprada pelo capitalista por um determinado valor e recebe o nome de salário. Por um lado, supõe-se que este salário permitirá ao trabalhador satisfazer suas necessidades materiais, mas, por outro esse valor dá o direito ao capitalista de utilizar essa força de trabalho durante determinado período (jornada de trabalho) com o objetivo de auferir lucros de tal relação.

A jornada de trabalho do assalariado possui, de fato, dois períodos. O primeiro período corresponde ao tempo que é preciso para o trabalhador produzir um valor equivalente ao seu salário, este período recebe o nome de “tempo de trabalho necessário”. Se, por acaso, o assalariado parar de trabalhar no final deste período, o capitalista não perderá dinheiro, mas também não ganhará. É evidente que tal situação não interessa nem um pouco a esse último. Para ele o que interessa é o sobre-trabalho, ou seja, o segundo período que corresponde ao “tempo extra” despendido pelo trabalhador durante sua jornada de trabalho e entregue gratuitamente ao capitalista (MARX, 1996). E é neste tempo de trabalho não remunerado, retirado, sem contrapartida, pelo capitalista, que se situa a fonte da mais-valia, o enriquecimento daquele último e o “sucesso” do sistema vigente. Complementando tal colocação, Abraham (2006) sustenta que esse sucesso supõe a exploração do assalariado, que recebe um salário sempre inferior ao valor que produz, pois que como toda outra mercadoria, a força de trabalho vale o quanto é necessário para sua produção. Dito de outra forma, vendendo sua força de trabalho, o assalariado se encontra na obrigação de trabalhar além do que lhe é necessário para viver. E o produto dessa sobrecarga de trabalho retorna legalmente ao capitalista. Assim, é a exploração do trabalho assalariado que sustenta a propriedade privada, argumentam Abraham e Solé.

## **INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

Em nenhuma outra sociedade, senão na moderna, a palavra “desenvolvimento” possui um significado tão peculiar e central. Lentamente naturalizada através de pressupostos iluministas, positivistas e liberais, tal vocábulo, quando reduzido à variável econômica, transcende qualquer explicação racional e transforma-se em uma crença, em uma ideologia: a ideologia do progresso (SCHUMPETER, 1961; 1964). Sendo um elemento central à manutenção e distinção do sistema vigente, a ideia de inovação, de desenvolvimento econômico e de progresso é consolidada através da empresa. Solé afirma que é a empresa que cria constantemente o novo assim como novas necessidades<sup>8</sup>, lança mão de muitos artifícios e desenvolveu para isto uma área específica, responsável pela produção da insatisfação: o marketing.

Uma das abordagens mais tradicionais acerca da relação entre empresa e desenvolvimento econômico é aquela desenvolvida pelo austríaco Joseph Alois Schumpeter, discutido por Solé (2000, 2008). Ao contrário da noção de crescimento, para esse autor, o desenvolvimento econômico pressupõe uma interrupção abrupta e descontínua na economia de fluxo circular, decorrente do aparecimento de novas combinações “levadas a cabo” pelas “mãos” de um ator até então desconhecido das formas anteriores de organização da produção, qual seja: o empresário. Assim, de maneira mais intensa que qualquer outro economista, Schumpeter defende que o empresário e, conseqüentemente, a empresa, seriam os únicos responsáveis por promover o desenvolvimento econômico.

Para Schumpeter (1988), além de mudanças contínuas (adaptativas) presentes no fluxo circular, sistema de equilíbrio geral onde as relações entre as variáveis ocorrem em condições de crescimento equilibrado, a vida econômica experimenta mudanças descontínuas, ou seja, que alteram seu curso tradicional. Nesse sentido, o desenvolvimento é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo circular, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente.

Por se tratar de um processo que se origina internamente, tais mudanças no canal do fluxo circular aparecem na esfera da vida industrial e comercial, não na esfera das necessidades dos consumidores de produtos finais. Então, é o produtor que, via de regra,

---

<sup>8</sup> Besoins no original. Solé, 2008, p. 47.

inicia a mudança econômica, e os consumidores são educados por ele e ensinados a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daquelas que tinham o hábito de usar. A partir desta situação, emerge um processo essencial e constitutivo do capitalismo e, por isso, adotado por toda empresa que queira sobreviver: a destruição criadora, ou seja, a substituição de antigos produtos e hábitos de consumir por novos, assim como a destruição ou substituição de antigas empresas por novas (SCHUMPETER, 1964). Solé (2008, p. 39) afirma que “se o capitalismo é uma dinâmica permanente de mudança, é porque se trata de um sistema econômico com base em empresas e que a empresa é um processo perpétuo de criações e destruições[...]”.

Sendo uma mudança descontínua, o desenvolvimento econômico é impulsionado pelo progresso técnico e está intimamente relacionado com a geração de inovações. Para Schumpeter (1988), o desenvolvimento econômico consiste primariamente em empregar recursos diferentes de uma maneira diferente, em fazer coisas novas com eles, em deslocar as combinações antigas, menos produtivas, para combinações novas, mais eficientes. Com isto Abraham e Solé destacam o papel central da empresa na visão de Schumpeter sobre o capitalismo. Se eles indicam a forte relação entre empresa, desenvolvimento e progresso, considerado por ambos como um mito, fortemente fundamentados em Schumpeter, resta a desenvolver mais profundamente as ideias que eles esboçam, sem considerar, por exemplo, a totalidade da obra do autor. Abraham tem desenvolvido uma crítica mais contundente desta relação fundamental em suas publicações e manifestações públicas sobre o decrescimento, que se tornou o tema central de suas pesquisas atualmente, mas no seu principal artigo sobre empresarização este é um tema ausente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Precisamos reconhecer que discutir as perspectivas de Andreu Solé e Yves-Marie Abraham foi um desafio demasiado grande para um artigo, limitado por regras editoriais. Desse modo, ainda que o desenvolvimento teórico apresentado anteriormente forneça pistas, indique possibilidades, para pensar a ideia de empresa e sua relação com a modernidade, algumas considerações que gostaríamos de ter feito acerca dos autores fundamentais que embasam as reflexões de Solé (2008) e Abraham (2006), tiveram que ser

deixadas de lado e terão que ser retomadas em futuros estudos.

Também seria bastante enriquecedor aprofundar a discussão, realizada no início do texto, acerca do processo de empresarização, esse fenômeno intimamente relacionado ao poder e à centralidade da empresa. É bastante comum associar tal processo às suas manifestações mais evidentes, como o gerencialismo, o empreendedorismo, a privatização ou a mercadorização. Entretanto, a generalização da ideia de empresa é muito mais do que isso. Ela está relacionada e contribui para construir e estabelecer as identidades, as posições dos sujeitos, os processos de subjetivação, as relações sociais e os sistemas de conhecimentos e crenças. No limite, em decorrência de um lento e amplo processo de disseminação da ideia de empresa por parte de indivíduos, organizações e instituições, as maneiras de agir e de pensar ou os traços constituintes são tornados referentes e tendem a se transformar em um conjunto de práticas historicamente situadas que concorrem para circunscrever e naturalizar a maneira como cada um deve ou pode se posicionar e se relacionar em nosso mundo<sup>9</sup>.

Essa forma de compreender a empresa e o processo de empresarização ultrapassa a tradicional dicotomia entre aqueles que detêm o poder e aqueles que sofrem seus efeitos. Neste caso, as condições de possibilidade do poder não se encontram em um único ponto no qual surgem diversas ramificações, pelo contrário, elas existem e acontecem, de forma contínua, circular e constante, em todas as relações, uma vez que não existem posições fora desse poder (seja como força geradora ou de oposição). Por tudo isso, entendemos que o poder da empresa não emana exclusivamente de si, mas de uma multiplicidade de correlações de forças inerentes ao domínio onde se exercem, constitutivas de sua organização; do jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; dos apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras e formam cadeias ou sistemas, enfim, das estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos dominantes (FOUCAULT, 1993; 2008a).

Este pequeno avanço na forma de compreender o tema em questão, parece apontar

---

<sup>9</sup> Esta compreensão adquire um sentido muito próximo à emergência daquilo que Foucault (2008b), referindo-se à governamentalidade neoliberal, chamou de indivíduo empreendedor de si.

um possível caminho para amortecer uma das principais divergências entre as perspectivas de Solé (2008) e Abraham (2006), a saber: a natureza da empresa. Ao tratar a empresa como um conjunto de relações entre humanos, isto, é como uma organização, Solé (2008) vale-se de toda potencialidade de uma perspectiva relacional para discutir o caráter fluido, transversal e o poder desse fenômeno. No entanto, enquanto a perspectiva desse autor parece ganhar em potencialidade, por não avançar teoricamente no conceito de relação, de disputa, de agência e de assimetria do poder (EMIRBAYER, 1997), a ideia de empresa como algo não homogêneo, não essencializado, e do processo de empresarização como um fenômeno decorrente do poder de certos grupos que tomam a empresa como referente (e negam outros possíveis como forma de organizar), não parecem suficientemente claras nos textos.

Por sua vez, Abraham (2006) adota a noção durkheimiana de instituição e considera a ideia de empresa como algo naturalizado, que se impõe sobre toda a coletividade (moderna) e se manifesta a partir de uma ordem anterior aos indivíduos. Através de um valioso esforço de desnaturalização das maneiras de agir e de pensar que sustentam a referida instituição, o autor parece atribuir um peso maior a sua centralidade, ao mesmo tempo em que demonstra, como questão de fundo, toda a dificuldade de combatê-la, transpô-la, ultrapassá-la. Nossa crítica, reside justamente nessa aparente impossibilidade de superação, decorrente da opção teórica de Abraham (2006) e, conseqüentemente, do desprezo das relações de poder que constituem cada hábito coletivo. Carvalho, Vieira e Goulart (2005) mostraram claramente os limites da análise institucional na qual recai o autor ao se fundamentar na perspectiva sociológica de Durkheim (2005). Abraham incorre ainda na utilização inexata de instituição para tratar as maneiras de agir e pensar, ao mesmo tempo em que trata a empresa como instituição, ficando uma instituição inserida em outra. Ainda é importante considerar que Abraham se refere somente a uma parte da obra de Durkheim para definir instituição, o que parece limitar excessivamente o conceito.

Procuramos ao longo do texto indicar algumas críticas pontuais à teoria que propõem os autores aqui apresentados, há alguns pontos, no entanto, que necessitam de grande aprofundamento para que se desatem alguns nós das suas construções teóricas. A definição mais clara dos conceitos que utilizam e o respeito à totalidade da obra dos autores nos quais buscam fundamentos é algo que precisa ser abordado em análises específicas.

Um aspecto que vem sendo alvo de muitas discussões entre os pesquisadores do tema é a utilização de autores, para fundamentar os traços principais da teoria, que trilharam caminhos epistemológicos muito distintos o que nos leva a uma difícil tessitura de ideias. Pensamos que isto nos direciona a uma discussão aprofundada dos fundamentos epistemológicos, filosóficos e ontológicos da teoria que demandam um estudo específico.

Antes de encerrarmos, um último lembrete. Os autores tentando evidenciar a forte relação entre a empresa e os traços da modernidade, fundamentam toda a sua discussão em clássicos do pensamento ocidental, o que é imprescindível e absolutamente coerente com a busca de Solé por aquilo que permanece em um mundo que tanto valoriza e procura a mudança. No entanto, não se pode desprezar a história e as mudanças que foram engendradas neste mundo no processo histórico. É, portanto, necessário, em um primeiro momento, atualizar a discussão e a crítica da empresa como organização central em nosso mundo, a partir de teorias mais recentes desenvolvidas no âmbito tanto da sociologia, quanto da economia e dos estudos organizacionais. A atualização, uma vez que vivemos em um país da América Latina, não é suficiente, precisamos ainda apropriar tal teoria, ou seja, tal como indicou Guerreiro Ramos (1996), evidenciar o que nela é característico do seu lugar de origem e o que nela pode ser usado, considerando-se o contexto brasileiro e latino-americano. Há ainda, um campo importante para estudos que se dediquem às lutas contra a empresa, já que ainda que dominante, a empresa não é algo intransponível. Ela é apenas uma pequena parte daquilo que compõe a história da humanidade. História essa repleta de descontinuidades.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, Yves-Marie. *L'entreprise est-elle nécessaire?* In: DUPUIS, Jean-Pierre (org.). **Sociologie de l'entreprise**. Montréal: Gaëtan Morin Editeur, 2006, p. 323-374.
- BAUDRILLARD, J. **Sociedade de consumo**. São Paulo: Elfos, 1995.
- CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; GOULART, Sueli. A trajetória conservadora da teoria Institucional. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n.4, p. 849-874, 2005.

CONSIDINE, Mark. **Enterprising States: The Public Management of Welfare-to-Work**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

DUMONT, L. **Homo Aequalis** – gênese e plenitude da ideologia econômica. Bauru: EDUSC, 2000.

DUMONT, L. **Homo Hierarquicus** – o sistema de castas e suas implicações. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **As regras do método sociológico**. São Paulo. Martin Claret, 2005.

EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a Relational Sociology. **American Journal of Sociology**, v.103, n.2, 1997.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ETZIONI, A. **Organizações Modernas**. São Paulo: Pioneira, 1968.

FAUCONNET, P. e M. MAUSS. Sociologia (1901). In: MAUSS, M. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b

GALBRAITH, John Kenneth. **L'ère de l'opulence**. Paris: Calmann-Lévy, 1961.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A redução sociológica**. 3a.edição, Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1996.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 16.ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HELLER, Agnes. **Una revisión de la teoria de las necesidades**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1998.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, Forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

KALBERG, Stephen. Max Weber's types of rationality: cornerstones for the analysis of rationalization process in history. **American Journal of Sociology**, v.85, n.5, 1980.

LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do Efêmero**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

MALTHUS, Tomas. R. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. v.2. São Paulo: Edusp, 1974.

NEVES, Maria Wanderley. Rumos Históricos da Organização Privatista. In: **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campinas, 2000.

PROUDHON, Pierre. **O que é a propriedade?**. Lisboa: Estampa. 1975.

REINERT, Hugo; REINERT, Eric. Creative Destruction in Economics: Nietzsche, Sombart, Schumpeter. In: **Friedrich Nietzsche (1844-1900) – economy and society**. Volume 3, The European Heritage in Economics and the Social Sciences. New York: Springer, pp 55-85.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo, Nova Cultural, 1996.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **A Origem da Desigualdade Entre os Homens**. São Paulo: Editora Escala, 2007.

SAHLINS, Marshal. A primeira sociedade da afluência. In: CARVALHO, E. A. **Antropologia Econômica**. São Paulo: Humanas, 1978.

SAMUELSON, Paul. A.; NORDHAUS, W. D. **Economia**. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2004.

SCHUMPETER, Joseph. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_. **História da Análise Econômica**. Rio de Janeiro: Aliança, 1964.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

\_\_\_\_\_. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter** – consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SIMMEL, Georg. O dinheiro na cultura moderna. In: SOUZA, J. E OËLZE, B. (Orgs) **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Editora UNB, 1998.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOLEÉ, Andreu. **Créateurs de mondes** – nos possibles, nos impossibles. Paris: Éditions du Rocher, 2000.

\_\_\_\_\_. ¿Qué es una empresa? Construcción de un idealtipo transdisciplinario. **Working Paper**. Paris, 2004.

\_\_\_\_\_. L'enterprisation du monde. In CHAIZE, J.; TORRES, F. **Repenser l'entreprise**: Saisir ce qui commence, vingt regards sur une idée neuve. Paris: Le Cherche Midi, 2008.

THOMPSON, John. D. **Organization in action**. New York: McGraw-Hill, 1967.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1974.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria - Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. **Mundo Urbano** - Publicación digital especializada en investigación urbana, v. 14, 2001.

WEBER, Max. Os fundamentos da organização burocrática: uma contribuição do tipo ideal. In: CAMPOS, Edmundo (Org., introd. e trad.). **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004a.

\_\_\_\_\_. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**: texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2004b.